

A. I. N ° - 933568401
AUTUADO - DINORÁ CORDEIRO GUIMARÃES NASCIMENTO
AUTUANTE - TELMA PIRES CIDADE DE SOUZA
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 27.08.04

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0321/01-04

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE, APURADA ATRAVÉS DE AUDITORIA DE CAIXA. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. Infração caracterizada. Rejeitada a preliminar argüida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 22/03/2004, impõe multa de R\$ 690,00 por falta de emissão de documentos fiscais nas operações de saídas de mercadorias para consumidor final, apurada através de auditoria de caixa realizada em 10/03/2004, conforme Termo de Auditoria de Caixa (fl. 06).

O autuado apresentou defesa tempestiva (fl. 15), na qual informou que, no dia 10/03/2004, o preposto fiscal adentrou seu estabelecimento e determinou que fosse feita a contagem de dinheiro em caixa, inclusive cheques e cartões de crédito, conforme Termo de Auditoria de Caixa (fl. 06), o que efetuou, providenciando a emissão da nota fiscal n° 1672, no valor de R\$ 130,00, assim como a instalação do cupom fiscal no prazo estabelecido. Requereu a nulidade do Auto de Infração.

A autuante, em informação fiscal (fls. 26 e 27), afirmou que o autuado não trouxe provas suficientes em sua peça de defesa, faltando documentação comprobatória respaldada em lei, para fazer jus a seu pleito. Informou que o autuado é uma filial, inscrita na condição de microempresa e na atividade de peixaria, obrigado a emitir notas fiscais de saídas para apresentar o seu real faturamento a SEFAZ/BA. Transcreveu os arts. 142, VII e 403, V, do RICMS/97, e relatou que se dirigiu ao estabelecimento do autuado em 10/03/2004, já sabedor de que a empresa não estava emitindo nota fiscal regularmente, onde, cumprindo o que determina o RICMS/97 e à vista do responsável, lavrou o Termo de Auditoria de Caixa ao encontrar uma diferença positiva de R\$ 130,00, que entende visar sonegação de imposto. Ao final, opinou pela procedência do Auto de Infração.

VOTO

O presente processo impõe multa por falta de emissão de documentos fiscais nas operações de saídas de mercadorias para consumidor final, apurada através de auditoria de caixa.

O autuado, por ocasião de sua peça defensiva, requereu a nulidade do processo, sem indicar em que se baseia tal pedido, o qual deveria se lastrear em alguma das hipóteses previstas no art. 18 do RPAF/97. Dos autos, verifico que todas as formalidades foram observadas e rejeito a nulidade argüida.

Estando a infração demonstrada através do Termo de Auditoria de Caixa, ficando comprovada a falta de emissão de documentos fiscais a que o autuado estava obrigado pelo art. 201, I do RICMS/97, e não tendo sido elidida a acusação, entendo que a infração é subsistente.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **933568401**, lavrado contra **DINORÁ CORDEIRO GUIMARÃES NASCIMENTO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a” da Lei nº 7.014/96, alterada pela Lei nº 8.534/02.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de agosto de 2004.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

MARCELO MATTEDI E SILVA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR